

b) Não será objeto de fiscalização a folha de pagamento ou demais documentos relacionados a vínculo empregatício sob o regime celetista (CLT). Estão corretos nossos entendimentos?



➤ [Quadro informativo](#) ➤ [Pregão Eletrônico : UASG 70010 - N° 90050/2025](#) [\(Lei 14.133/2021\)](#)

(NMS), conforme previsto na Cláusula Sétima, Parágrafo Terceiro, VIII, da Minuta do Contrato.

O custo salarial de referência (Valor Salarial x Fator-k, conforme Tabela 2 do TR, Item 8.2.4) é utilizado apenas para a definição do preço de referência da licitação e para o patamar mínimo de presunção relativa de inexecuibilidade.

A proposta comercial da Licitante deve garantir o custo da sprint de referência (TR, Item 3.2.1.1.1), e a remuneração final é calculada pelo valor unitário da sprint de referência, sendo proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Índice de Entrega de Software (IES). O salário real pago pela Contratada aos seus profissionais é um risco gerencial da empresa, e não da Administração.

b) Não será objeto de fiscalização a folha de pagamento ou demais documentos relacionados ao vínculo empregatício sob o regime celetista (CLT).

Este entendimento está incorreto. Independentemente de a modalidade de remuneração ser por resultado (sprint), o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas da Contratada é uma exigência legal e contratual que será fiscalizada.

- A Contratada deve se responsabilizar pelo pagamento da mão de obra e pelo cumprimento de todas as obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais.
- O Fiscal Administrativo deve exigir (quando o SICAF não for suficiente) a entrega de documentos comprobatórios de regularidade para fins de pagamento (TR, Item 4.2.3.30), incluindo: Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (TR, Item 4.2.3.30.1), Certidão de regularidade do FGTS (CRF) (TR, Item 4.2.3.30.4) e Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT) (TR, Item 4.2.3.30.5).
- O não cumprimento dessas obrigações pode ensejar a aplicação de multa, conforme a Tabela de Infrações, Item 10, do TR (Deixar de comprovar o recolhimento de FGTS, contribuições sociais previdenciárias, pagamento de salário, etc.).

3. Será permitido a realização de serviços em Teletrabalho/Remoto?

Esclarecimentos e Justificativas Normativas: A prestação dos serviços é predominantemente presencial, com exceções pontuais e específicas.

O Termo de Referência (TR) estabelece as seguintes condições:

1. Regime de Execução Principal (Presencial): Os serviços serão prestados pelos representantes da CONTRATADA de forma presencial, no prédio sede do TRE-PE, utilizando equipamentos emprestados pelo Tribunal.
2. Horário: A prestação dos serviços deverá ser realizada nos dias úteis e no horário de funcionamento do TRE-PE (atualmente das 8h às 14h) (TR, Item 4.1.6).
3. Trabalho Remoto do Corpo Técnico: Caso seja necessário o trabalho remoto, o TRE-PE não fornecerá equipamentos ou estrutura para esse fim, ficando a cargo da CONTRATADA providenciar tal estrutura (TR, Item 3.1.7.2 e TR, Item 4.2.3.1.1).
4. Trabalho Remoto do Preposto: A participação do preposto poderá ser realizada de forma remota, por meio de ferramenta de videoconferência, a critério da CONTRATANTE (TR, Item 4.1.6)."

"Se mantido o entendimento da equipe de planejamento quanto à resposta estritamente técnica, incluindo os itens 1 e 2 de caráter administrativo, não haverá necessidade de republicação do Edital para a formulação de novas propostas."

RESPOSTA DA UNIDADE TÉCNICA SESEC:

"Os contratos de serviços contínuos com alocação de mão de obra exclusiva, em regra, são aqueles que impõem à Administração Pública, enquanto contratante, o encargo de zelar pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias da contratada em relação aos colaboradores alocados, sob pena de responsabilização solidária com a empresa, caso esta descumpra tais obrigações e fique comprovada a negligência administrativa no dever de fiscalizar.

Vale pontuar que os sobreditos contratos possuem duas características essenciais para sua configuração: [1] alocação de mão de obra na contratação; e [2] exclusividade da mão obra alocada, que, portanto, não poderá ser compartilhada com outros contratos, inclusive, do próprio ente público contratante.

Contudo, entendemos que, mesmo não estando contratualmente prevista, se a alocação exclusiva de mão de obra ocorrer na prática, poderão restar caracterizados o dever fiscalizatório do órgão contratante e as respectivas consequências em caso de inobservância."

Dessa forma, amparada exclusivamente no opinativo técnico retro mencionado, esta pregoeira informa que os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90050/2025 serão mantidos.

Contudo, considerando a impugnação da empresa LICITABR, informamos que o Edital será suspenso e oportunamente republicado.



> [Quadro informativo](#) > [Pregão Eletrônico : UASG 70010 - N° 90050/2025](#) [\(Lei 14.133/2021\)](#)

Em atenção à solicitação de esclarecimento da empresa LICITABR para o edital do Pregão Eletrônico n.º

06/11/2025 12:07



Prezados, boa tarde,



Incluir esclarecimento



Acesso à
Informação